

# JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VII – Nº 1.425 – BRASÍLIA, QUINTA-FEIRA, 20 DE DEZEMBRO DE 2001



Na presidência da sessão, Ramez Tebet (foto menor) destacou o significado da proposta, aprovada pelos 67 senadores presentes em Plenário

## Imunidade parlamentar acaba para crimes comuns

O Congresso Nacional promulga hoje, às 11h, a proposta de emenda constitucional que limita a imunidade às opiniões, palavras e votos, resguardando o exercício do mandato parlamentar.

O Senado concluiu ontem a votação da matéria, aprovada por unanimidade

PÁGINA 3

### BC deixa de examinar empréstimo a estados

O Ministério da Fazenda passará a fazer a análise preliminar dos pedidos de autorização de créditos por estados e municípios, que se encontra até agora sob responsabilidade do Banco Central. Essa é uma das inovações contidas em projeto de resolução aprovado ontem pelo Plenário, que acolheu também novos limites para endividamento de estados e municípios.

PÁGINA 4



O senador Carlos Bezerra (C), presidente da Comissão de Orçamento, culpa governo por acúmulo de votações

### Líderes ainda tentam acordo para votar Orçamento da União

PÁGINA 5

### Althoff defende lei que moraliza o futebol

O relator da CPI que investigou irregularidades no futebol, senador Geraldo Althoff, fez ontem um balanço dos 14 meses de funcionamento da comissão. A Lei de Responsabilidade do Futebol, sugerida pela CPI, é essencial para transformar a estrutura do esporte, afirma o senador. Segundo a proposta, a administração de clubes e federações será equiparada a ato de comércio.

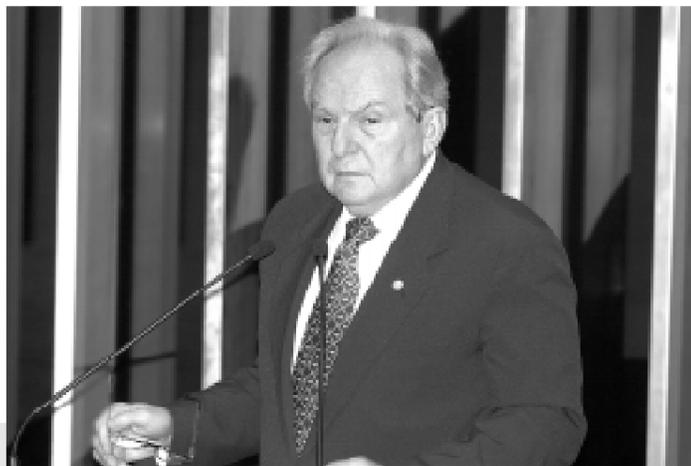
PÁGINA 9

# Cabral defende democratização do Judiciário

Relator da proposta de reforma que está em debate na CCJ, senador considera necessário “um processo de desmistificação do sistema judicial”, com maior transparência e simplificação de suas ações

Ao resumir a história do Poder Judiciário no Brasil, ontem, em Plenário, o senador Bernardo Cabral (PFL-AM) afirmou ser preciso uma reorientação da Justiça “para exercer ativamente atribuições que possibilitem a realização do seu objetivo principal e último: a concretização inquestionável, e não apenas teórica, virtual, da garantia de acesso à Justiça a todos, indistinta e eficazmente”. Segundo ele, sem essa garantia, “qualquer democracia não passa de caricato arremedo ou mera utopia”.

Cabral subiu à tribuna do Senado e, contrariando seu costume de falar de improviso, leu o discurso. Lembrando que o Senado retomou as discussões sobre a reforma do Poder Judiciário – da qual é relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), que preside –, o representante do Amazonas afirmou que o processo de democratização do Poder Judiciário não se restringe à criação de controles democráticos das atividades que não sejam constitucionais. Para ele, é preciso “um processo de desmis-



Bernardo Cabral resumiu a história do Judiciário no Brasil para justificar a necessidade de uma reorientação do Poder

tificação do sistema judicial”, com maior transparência e simplificação de suas ações.

– No caso brasileiro, a divulgação da informação crítica acumulada a respeito do Poder Judiciário, por meio de programas que informem a sociedade civil sobre o funcionamento dos órgãos do Judiciário, bem como a confecção e distribuição de jornais e cartilhas para fins de conscientização sobre procedi-

mentos para reivindicação de direitos, são relevantes para a eficiência da atividade jurisdicional – afirmou o senador.

O parlamentar frisou que não se pode banalizar o debate a propósito da reforma do Judiciário. Segundo ele, o “ponto candente da discussão”, que é o controle do Poder pela sociedade, “não se pode restringir tão-somente à criação de um órgão para tal fim, sob pena de

se empobrecer, enormemente, a possibilidade de concretização de formas democráticas de participação popular na administração da Justiça”.

Na conclusão de seu discurso, o senador afirmou que a história do Poder Judiciário do Brasil por ele sintetizada – “cujo percurso é extremamente tormentoso e autoritário, em decorrência da instabilidade e da fragilidade das nossas instituições políticas” – é fundamental para a compreensão da necessidade de democratização da Justiça no

Brasil. Segundo ele, “a essência do regime democrático repousa na existência de uma Justiça forte, independente e livre”. Cabral disse que “o enfraquecimento do Poder Judiciário, sem dúvida, somente estimula o arbítrio e a injustiça”.

– Por tudo isso, é possível afirmar-se que, a partir da Constituição de 1988, o povo brasileiro voltou a acreditar na democracia. É hora de acreditarmos na Justiça, pois, como todas as divindades, ela só se manifesta àqueles que nela acreditam – concluiu o senador.

## Senadores elogiam síntese “brilhante” da história da Justiça

Em aparte ao pronunciamento de Bernardo Cabral, o senador Lindberg Cury (PFL-DF) cumprimentou-o por sua “síntese brilhante e esplendorosa” da história da Justiça no Brasil. Edison Lobão (PFL-MA) afirmou que o fato de o senador pelo Amazonas ter escrito seu discurso significava uma “homenagem a mais” ao Poder Judiciário.

O senador Artur da Távola (PSDB-RJ) afirmou que somente por meio do Poder Judiciário se pode estabelecer o equilíbrio entre os Poderes. O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) disse que Cabral, como seu homônimo que descobriu o Brasil, “continua a descobrir novos caminhos, para difundi-los aos brasileiros”. Os senadores Romeu Tuma (PFL-SP) e Gilberto Mestrinho



Lindberg Cury apoiou, em aparte, o pronunciamento de Cabral sobre o Judiciário

(PMDB-AM) destacaram a história “bonita, brilhante e respeitável” da vida de Bernardo Cabral, toda voltada para a Justiça.

## Moreira Mendes faz balanço de suas atividades em 2001

O senador Moreira Mendes (PFL-RO) disse que a defesa de alterações na medida provisória sobre o Código Florestal, que aumenta as áreas de preservação na região amazônica, foi uma das principais lutas de seu mandato no ano de 2001. Em pronunciamento ontem no Plenário, o senador fez um balanço de sua atividade parlamentar neste ano, citando ainda os esforços pela construção do gasoduto Urucu-Porto Velho e por melhorias nas rodovias de Rondônia, incluindo a entrega de pontes sobre o Rio Madeira.

Moreira Mendes disse ter participado ativamente da negociação da dívida do setor rural e comemorou avanços obtidos na regulamentação de fundos constitucionais para o desenvolvimento de regiões mais pobres do país. O senador aproveitou a oportunidade para homenagear a população de Rondônia, estado que completa 20 anos de criação no próximo sábado.

Moreira Mendes destacou a defesa de alterações na medida provisória sobre o Código Florestal



Moreira Mendes destaca a defesa de alterações na medida provisória sobre o Código Florestal



### AGENDA

QUINTA-FEIRA, 20 DE DEZEMBRO DE 2001

#### PLENÁRIO

17h – Sessão Solene do Congresso Nacional  
Pauta: promulgação da PEC nº 2-A/95, que dispõe sobre imunidade parlamentar. Plenário do Senado

JORNAL DO SENADO [www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br) - E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br) - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

#### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Ramez Tebet  
1º Vice-Presidente: Edison Lobão  
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares  
1º Secretário: Carlos Wilson  
2º Secretário: Antero Paes de Barros  
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima  
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti  
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto e Maria do Carmo Alves

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia  
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva  
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Vagner Caldeira  
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3170  
Diretor da Agência Senado: Antonio Caraballo (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade  
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva  
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquêas Dantas de Moraes e Eny Junia Carvalho  
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz, Geraldo Magela e Jane de Araújo  
Arte: Cirilo Quartim

Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes  
Ed. Anexo I do Senado Federal,  
20º andar  
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela  
Secretaria Especial  
de Editoração e  
Publicações

# Congresso promulga hoje a restrição à imunidade

Proposta de emenda constitucional é aprovada em segundo turno pelo Senado, novamente por unanimidade. Ramez Tebet manifesta seu regozijo com o “fecho ético” dos trabalhos deste ano

O Congresso Nacional promulga hoje, às 11h, proposta de emenda à Constituição (PEC) que acaba com a imunidade parlamentar para crimes comuns. O Senado concluiu a votação da matéria ontem.

De acordo com o texto aprovado, deixa de ser necessária licença prévia para o parlamentar ser processado pelo Supremo Tribunal Federal. A opinião, as palavras e os votos dos parlamentares permanecem protegidos por imuni-

dade, a fim de resguardar o exercício de seus mandatos.

A PEC obteve a unanimidade dos 67 senadores presentes em Plenário na votação em segundo turno. No primeiro turno, havia recebido os votos dos 74 senadores presentes.

O presidente do Senado, Ramez Tebet, expressou seu regozijo com a aprovação, parabenizando os senadores Ronaldo Cunha Lima (PSDB-PB) e Pedro Simon (PMDB-

RS), que tiveram a iniciativa de propor a medida, e o senador José Fogaça (PPS-RS), que a relatou. “Estamos respondendo a uma exigência da sociedade e a um imperativo da ética”, declarou.

Tebet elogiou o trabalho da Câmara para a efetiva aprovação da proposta e cumprimento a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado. “Estamos marcando com fecho ético o fim dos trabalhos deste ano”, disse.



Com os votos de todos os presentes, o Senado confirmou a aprovação do limite à imunidade parlamentar

## Proposta teve origem no Senado em 1995

A proposta de restringir a imunidade parlamentar teve origem no Senado, em 1995, quando foi apresentada pelo senador Ronaldo Cunha Lima e, posteriormente, pelo senador Pedro Simon. Aprovada pelo Plenário, seguiu para a Câmara dos Deputados, onde foi modificada e remetida ao Senado no início de dezembro de 2001. O reexame da PEC pelo Senado teve tramitação especial graças a acordo de líderes para que fosse votada ainda este ano, durante a autoconvocação do Legislativo.

De acordo com o substitutivo apresentado pelo senador José Fogaça, a licença para que um parlamentar fosse processado pelo Supremo Tribunal Federal seria automaticamente concedida após 120 dias, caso não houvesse deliberação sobre o pedido da Justiça para processá-lo.

Os deputados acabaram com a necessidade da licença, estabele-

cendo, no entanto, um prazo de 45 dias para que o andamento da ação seja sustado por decisão da maioria dos parlamentares, caso venham a considerar que o processo movido contra um colega tenha “motivação política”, conforme prevê a emenda constitucional. O texto aprovado pela Câmara também acaba com a imunidade para crimes que tenham sido cometidos antes da diplo-

mação do parlamentar.

Os senadores Emilia Fernandes (PT-RS) e Roberto Saturnino (PSB-RJ) expressaram satisfação com a aprovação da matéria. A senadora Marina Silva (PT-AC) ressaltou as pressões da sociedade em favor da ética na política e afirmou que a emenda desestimula a candidatura dos que buscam o Parlamento para obter impunidade.



Ronaldo Cunha Lima e Pedro Simon tomaram as primeiras iniciativas de propor no Senado a restrição da imunidade parlamentar

## Senadores debatem papel das agências reguladoras

O Plenário aprovou, na manhã de ontem, as indicações de seis novos diretores de três agências reguladoras – entre os quais, três da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq). Durante a discussão da matéria, vários senadores ressaltaram a transformação ocorrida na administração pública após a criação das agências e a necessidade de renovação da marinha mercante brasileira.

Foram aprovados os nomes de Carlos Alberto Wanderley para diretor-geral da Antaq e de José Guimarães Barreiros e Tarcísio Jorge Caldas Pereira para diretores da agência. O Plenário acolheu ainda as indicações de Reinaldo Alves Costa Neto e Wildjan da Fonseca Magno para diretores da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e de John Milne Albuquerque Forman para diretor da Agência Nacional do Petróleo (ANP).

### ESTÍMULO

Ao anunciar seu voto favorável às indicações para a Antaq, o senador Roberto Saturnino (PSB-RJ) afirmou ter uma “leve esperança” na possibilidade de a agência promover um novo estímulo à marinha mercante. Ele lamentou que apenas 3% do comércio internacional do Brasil sejam atualmente movimentados por embarcações de bandeira nacional, enquanto há poucos anos esse índice era de quase 50%.

– A marinha mercante é fator estratégico no desenvolvimento do comércio, e o que vemos hoje no setor é um quadro deprimente – lamentou Saturnino. Seu pronunciamento foi elogiado pelo líder do governo, senador Artur

da Távola (PSDB-RJ), que concordou com a necessidade de se realizarem esforços para a recuperação do setor.

### HIDROVIAS

Os senadores Luiz Otávio (PPB-PA) e Paulo Souto (PFL-BA) solicitaram maior atenção da agência às hidrovias Araguaia-Tocantins e do Rio São Francisco. A qualidade dos diretores indicados foi elogiada pelos senadores Robinson Viana (PMDB-PB), Romeu Tuma (PFL-SP), Alberto Silva (PMDB-PI), José Alencar (PL-MG) e Mauro Miranda (PMDB-GO).

O senador Roberto Freire (PPS-PE) afirmou que os novos diretores serão mais agentes públicos do que estatais. “No futuro teremos de chamar muitos deles para discutir as políticas públicas”, previu. Por sua vez, o senador José Fogaça (PPS-RS) disse que caberá à Casa acompanhar de perto o trabalho das agências. “Se não as fiscalizarmos, as agências agirão a seu bel-prazer”, alertou.

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) estranhou a opção do governo pela criação de duas agências reguladoras para a área de transportes. Concordando com ele, o senador Paulo Hartung (PSB-ES) lamentou que a criação de agências pelo governo tenha se transformado em um modismo.

O senador Geraldo Cândido (PT-RJ) afirmou que a sociedade ainda não sentiu nenhum retorno da atuação das agências. E a senadora Heloísa Helena (PT-AL) disse esperar que um grande debate sobre o papel das agências venha a ser promovido pelo Congresso Nacional em 2002.

## Aprovados nomes da área de transportes

Foram aprovadas ontem mensagens presidenciais nomeando quatro diretores da Agência Nacional de Infra-Estrutura de Transportes. Francisco de Paula Magalhães Gomes foi confirmado no cargo de diretor-geral do Departamento Nacional de Infra-Estrutura (DNIT) da agência.

Outros dois diretores que tiveram seus nomes confirmados no departamento foram Luziel Reginaldo de Souza e Rogério Gonzales Alves. Foi aprovado também o nome de Antônio Machado Bastos para o cargo de diretor da Agência Nacional de Infra-Estrutura de Transportes.

## Análise prévia de crédito fica com o Ministério da Fazenda

A análise preliminar dos pedidos de autorização para contratação de operações de crédito por estados, municípios e Distrito Federal, que é feita pelo Banco Central, passará a ser realizada pelo Ministério da Fazenda. Essa é uma das principais medidas previstas em projeto de resolução apresentado pelo senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) aprovado ontem pelo Plenário.

De acordo com o relator da matéria, senador Romero Jucá (PSDB-RR), a alteração adaptará as normas à Lei de Responsabilidade Fiscal e contribuirá para o aperfeiçoamento do processo de autorização de operações de crédito, uma vez que o Banco Central não seria o órgão adequado para o tratamento de questões de estoque e fluxo da dívida da administração direta e indireta.

O Plenário também aprovou projeto de resolução que limita as dívidas consolidadas dos estados e do Distrito Federal a no máximo duas vezes o valor de sua receita corrente líquida. O projeto estabelece ainda que as dívidas dos municípios terão como teto valor equivalente a 1,2 vez as receitas

obtidas pelas prefeituras.

Dois projetos de resolução apresentados pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) que beneficiam o estado de Alagoas foram ainda acolhidos pelo Plenário. O primeiro prevê a concessão de novo prazo de 270 dias para que o estado celebre com a União operação de crédito destinada a promover a extinção do Produban – Banco do Estado de Alagoas – e a criação da Agência de Fomento do estado.

O segundo projeto estabelece que as dívidas relativas à carteira de crédito imobiliário do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores de Alagoas (Ipaseal) e da Companhia de Habitação Popular de Alagoas (Cohab) sejam incluídas, para fins de cálculos e benefícios, nos limites previstos em lei para o estado.

Foram aprovados também dois requerimentos de voto de pesar, apresentados pelos senadores Álvaro Dias (PDT-PR) e Ademir Andrade (PSB-PA), pelo falecimento do deputado estadual paraense Tiago de Amorim Novas e do desembargador paraense Paulo Sérgio Frota e Silva.

## Heloísa protesta contra enxugamento da Conab

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) lamentou ontem, em discurso no Plenário, que a resposta do governo às muitas denúncias de irregularidades na Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), estatal criada para administrar estoques reguladores e preços dos alimentos, tenha sido seu



Para Heloísa Helena, medidas adotadas não garantirão a eficiência da empresa

enxugamento efetuado dentro do modelo neoliberal, com a venda de armazéns e diminuição do número de empregados.

Segundo Heloísa Helena, essas medidas não garantirão a eficiência da empresa, resultando apenas na diminuição da capacidade de estocagem de alimentos, levando a empresa a contratar serviços dos armazéns privados, e na criação de um problema social grave com a demissão de mais de

1.500 funcionários que dificilmente poderão ser absorvidos pelo mercado de trabalho.

A senadora informou ter encaminhado ofício ao ministro da Agricultura e do Abastecimento, Pratini de Moraes, pedindo solução para o caso.

Heloísa Helena lamentou que o ano legislativo

tenha chegado ao fim sem a solução para dois problemas de servidores públicos: do setor de saúde, que o governo federal ainda não resolveu, e dos funcionários do Senado, cujo plano de cargos e salários não pôde ser votado na Casa. Presidindo a sessão, o senador Edison Lobão (PFL-MA) garantiu que o plano será aprovado no início da próxima sessão legislativa.

# Orçamento precisa ser cumprido, diz Maldaner

Segundo ele, parlamentares não podem informar às suas comunidades obras incluídas na lei orçamentária, sob pena de perderem credibilidade

O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) externou ontem, em discurso no Plenário, preocupação com o não-cumprimento das propostas incluídas no Orçamento da União. “Há um esforço concentrado para votar o Orçamento, para atender as demandas, e apenas 30% a 35% são cumpridos ao longo do ano”, afirmou.

Para o senador, pelo menos 80% das determinações do Orçamento precisam ser cumpridas. Ele lembrou que a economia encontra-se estável e que há grande esforço dos parlamentares no estabelecimento de acordos sobre quais devem ser as despesas da União, mas, conforme ressaltou, a maior parte das decisões não é concretizada pelo Poder Executivo. Para Casildo Maldaner, mesmo que os valores



Para Casildo Maldaner, pelo menos 80% das dotações deveriam ser atendidas

sejam menores, o importante é que o Orçamento definido pelo Congresso seja factível.

– E a palavra do senador, como fica? – questionou Maldaner, referindo-se à contingência de os parlamentares não poderem co-

municar às suas comunidades quais as obras que foram incluídas no Orçamento federal, sob pena de perderem a credibilidade, uma vez que a maioria das dotações orçamentárias aprovada no Legislativo não é cumprida.

## Valadares quer saber critérios da comissão

Coordenador da bancada federal de Sergipe junto à Comissão Mista de Orçamento, o senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) pediu ao presidente do Senado, Ramez Tebet, que investigue os critérios que têm norteado os trabalhos da comissão na elaboração do Orçamento da União para 2002. De acordo com Valadares, a bancada sergipana foi

desrespeitada pelo relator-geral, deputado Sampaio Dória (PSDB-SP). As emendas propostas pelos parlamentares de Sergipe teriam tido os valores aumentados sem a devida consulta aos representantes do estado.

– O que estava acertado foi abandonado pelo relator. As emendas foram infladas. Houve falta de respeito de um homem

que tem a missão de interpretar a vontade dos parlamentares e não fazer acordos com supostas lideranças – atacou Valadares.

Na avaliação do senador, o relatório de Sampaio Dória gerou insatisfação generalizada no Congresso. “Só descansarei quando a parte relativa a Sergipe for elaborada com o nosso consentimento”, garantiu.

## Ademir defende mais recursos para Tucuruí

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) afirmou ontem em Plenário que, caso a votação do Orçamento da União seja adiada para o próximo ano, as forças políticas paraenses devem se unir para obter recursos destinados à construção das eclusas de Tucuruí. Ademir informou que o governo destinou R\$ 70 milhões para a obra, o que é insuficiente para sua conclusão no próximo ano. Apesar disso, a bancada paraense não conseguiu “nem um tostão a mais”, disse.

Na opinião de Ademir Andrade, se governo, parlamentares e empresários do Pará se unissem para conseguir a construção das eclusas, teriam força e unidade irresistíveis. O senador pediu ainda providências da Mesa quanto a requerimento de informações que enviou ao Ministério dos Transportes em fevereiro



Verda destinada pelo governo é insuficiente para conclusão das eclusas em Tucuruí, disse Ademir

questionando a demora nas obras. Até hoje ele não teve resposta.

Ademir leu documento da Federação das Indústrias do Estado do Pará (Fiepa) em que os empresários locais pedem que não haja postergação da obra das eclusas de Tucuruí. As eclusas restabelecerão a navegação no Rio Tocantins, interrompida há 17 anos com a construção da represa de Tucuruí. De acordo com a Fiepa, seriam necessários R\$ 180 milhões para concluir a obra até o fim do próximo ano. Caso sejam mantidos os R\$ 70 milhões da proposta orçamentária, as eclusas não se concretizarão antes de 2004, conforme Ademir Andrade.

# Acordo pode garantir votação do Orçamento

Empecilho para fechar acordo continua sendo insistência das oposições para que salário mínimo fique acima dos R\$ 200 acertados na semana passada entre líderes. Se houver entendimento, deliberação sobre a matéria seria na próxima semana

Depois de longa reunião na noite de ontem, líderes partidários da base governista no Congresso e o presidente do Senado, Ramez Tebet, pediram ao governo "um último esforço" para que tente um acordo com as oposições para votação do Orçamento de 2002 ainda neste ano. O líder do governo na Câmara, deputado Arnaldo Madeira (PSDB-SP), disse que tentará o acerto até às 19h de hoje. Sem acordo, o Orçamento só poderá ser votado no início do próximo ano.

O grande empecilho ao acordo continuou sendo, durante todo o dia de ontem, a insistência das oposições para que o salário mínimo fique acima dos R\$ 200 acertados na semana passada durante reunião dos líderes governistas. Pela manhã, PT, PSB, PDT e outros partidos de oposição insistiam em um salário de R\$ 220 a partir de abril próximo. À tarde, as oposições admitiam que poderiam votar o Orçamento se o mínimo ficasse até mesmo em R\$ 210.



A Comissão de Orçamento ainda tem que votar o relatório final para que a proposta seja enviada ao Plenário do Congresso. Tebet (foto à direita) pediu "esforço final" do governo em favor de acordo com a oposição

A reunião das lideranças à noite foi realizada no gabinete do presidente Ramez Tebet, que pediu um esforço tendo em vista inclusive os acontecimentos de ontem na Argentina, onde chegou a ser decretado estado de sítio. Para o presidente do Senado, o Congresso brasileiro deve mostrar que não há, pelo

menos quanto ao Orçamento, qualquer motivo para desconfiar de investidores no momento em que o país vizinho enfrenta sérias dificuldades.

## VOTAÇÃO

Caso haja acordo, o Orçamento poderá ser votado na próxima semana, conforme o relator-geral do Orçamento, deputado

Sampaio Dória (PSDB-SP). Assim, a convocação do Congresso seria ampliada em mais uma semana. A primeira reunião para este novo esforço já está convocada – será entre líderes partidários e o presidente da Câmara dos Deputados, Aécio Neves, ainda pela manhã.

## DÍVIDAS

As oposições, além de pedir um salário mínimo de pelo menos R\$ 210, querem que o governo faça três alterações na proposta de medida provisória que trata da renegociação das dívidas de 1 milhão de pequenos agricultores, os quais devem à União cerca de R\$ 4,5 bilhões.

Com um acordo, haverá votação até a próxima semana não apenas do projeto do Orçamento 2002, mas também de 75 pedidos de crédito que o governo enviou ao Congresso – cerca de R\$ 19 bilhões. Até ontem, os trabalhos da Comissão Mista de Orçamento foram obstruídos pelas oposições, exigindo a renegociação das dívidas dos pequenos produtores rurais e um salário mínimo superior a R\$ 200.



## Deputados suspeitam dos critérios para distribuir verbas

Os líderes do PT e do PDT na Câmara dos Deputados, Walter Pinheiro (BA) e Miro Teixeira (RJ), apresentaram ao presidente do Congresso, Ramez Tebet, no início da noite de ontem, suspeitas de "anomalias graves" nos critérios para distribuição de verbas e escolha dos projetos beneficiados por indicações de bancadas estaduais. Eles pediram que Tebet determine uma investigação sobre o assunto.

Sem citar nomes, Walter Pinheiro e Miro Teixeira disseram ter recebido denúncias de "métodos não transparentes" na escolha dos projetos. Em pelo menos um caso, conforme o líder do PT, houve surpresa porque os valores concedidos pelo relator-geral do Orçamento "foram maiores do que os solicitados". Isso teria ocorrido com projetos beneficiando o estado de Sergipe.

Walter Pinheiro disse que, em al-

guns casos, teria havido manipulação das reuniões para escolha dos projetos para receber verbas. O deputado Givaldo Gouveira Carimbão (PSB-AL) contou ter esperado até as 20h30 a bancada de Alagoas para decidir sobre os projetos que seriam indicados, mas ninguém apareceu. No dia seguinte, foi surpreendido com a publicação em boletim que a bancada havia terminado sua reunião às 20h e indicado seus projetos. "Eu estava lá esperando e não houve reunião", sustentou Givaldo, em entrevista à imprensa.

A Comissão de Orçamento divulgou nota afirmando que "são infundadas as denúncias" de que teria havido erro na elaboração de emendas ao relatório setorial que inclui o Poder Judiciário. Conforme as denúncias, o relatório teria sido aprovado mesmo faltando verbas para atender às emendas.

## Carlos Bezerra culpa governo por acúmulo de votações de créditos no fim do ano

O presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, senador Carlos Bezerra (PMDB-MT), afirmou em entrevista, ontem, que a culpa pela acumulação de créditos suplementares para votação pelo Congresso no encerramento do ano "é do próprio governo".

Para ele, o Executivo "corta ao máximo as emendas que os parlamentares incluem no orçamento", pretendendo com isso gerar um superávit primário nas contas públicas. No entanto, ao final do ano, o governo envia ao Congresso dezenas de pedidos de créditos, alguns prevendo gastar exatamente parte do dinheiro eco-

nomizado para o superávit.

– Isso é um desrespeito ao Congresso Nacional. Primeiro, o governo economiza cortando as emendas dos parlamentares e, depois, pede autorização para gastar o excesso de economia em projetos que nem fazem parte do Orçamento – sustentou Carlos Bezerra.

Na tarde de ontem o senador presidiu reunião da Comissão Mista de Orçamento destinada a votar 66 pedidos de créditos do governo, mas as oposições obstruíram ao máximo os trabalhos, usando todos os artifícios regimentais. Um desses foi o de fazer a leitura da íntegra dos relatórios elaborados pelos parlamentares sobre o crédito solici-

tado, quando há o costume de se ler apenas as conclusões.

Também dentro da estratégia de obstrução, a oposição pediu verificação do número de presentes, o que exigiu chamada nominal dos deputados e senadores. No final, foi aprovado apenas um crédito suplementar, que destina R\$ 10 milhões ao Ministério da Ciência e Tecnologia, os quais completarão as verbas do programa de enriquecimento de urânio da Indústrias Nucleares do Brasil S.A. Restam ainda 65 solicitações de créditos, no valor de R\$ 9,9 bilhões. Outros R\$ 10 bilhões estão à espera de votação pelo Plenário do Congresso Nacional.

# Lobão apóia mudanças no sistema habitacional

A reformulação na política de financiamento da construção de casas está prevista em projeto de lei de iniciativa popular apresentado por representantes da Caixa, Ministério Público Federal, Procon, sindicatos e outros setores da sociedade

O senador Edison Lobão (PFL-MA) registrou em Plenário o apoio a projeto de lei de iniciativa popular que reformula o sistema de financiamento habitacional e propõe a ampliação dos recursos orçamentários ao setor. A proposta foi apresentada por representantes da Caixa Econômica Federal, do Ministério Público Federal (MPF), da Superintendência de Proteção e Defesa do Consumidor (Procon), da Associação Brasileira dos Mutuários da Habitação, de sindicatos e de associações ligadas ao setor habitacional, informou.

— Não bastasse a falta de uma política habitacional direcionada à construção de casas populares — como os mutirões —, também a classe média encontra-se em situação de quase abandono. Milha-



Segundo Lobão, o déficit habitacional, por falta de investimentos, chega a 5,2 milhões de residências

res de famílias brasileiras vêm há anos sofrendo a grande desilusão de ter seus lares confiscados pelos bancos, por não conseguirem pagar as prestações de suas casas próprias — afirmou.

#### INVESTIMENTOS

Lobão ressaltou que, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o déficit habitacional atual, somente para a po-

pulação com renda de até três salários mínimos, é de mais de 3 milhões de casas, atingindo mais de 6 milhões de pessoas. O déficit habitacional geral, disse o senador, está em torno de 5,2 milhões de residências. Caso persista a falta de investimentos no setor, acrescentou, o número poderá aumentar para cerca de 6% a cada ano.

— Não pode haver família sem lar, e não pode haver uma grande nação sem famílias. E é em nome das famílias brasileiras que venho, agora reanimado e otimista com o exemplo positivo da governadora Roseana Sarney, conchamar os nobres colegas para que unamos esforços, determinação e competência no sentido de buscar soluções efetivas para o problema da habitação em nosso país.

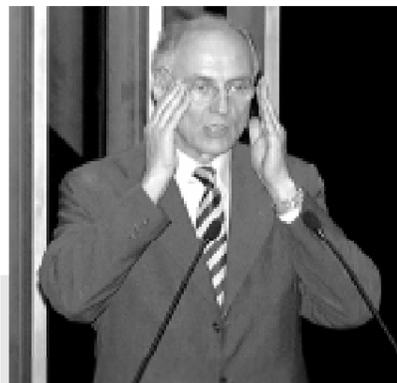
## Eduardo Suplicy anuncia que é pré-candidato à Presidência

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) comunicou ontem ao Plenário a confirmação da sua pré-candidatura à Presidência da República. Ele disse que o Partido dos Trabalhadores aceitou a sua inscrição e a de Luiz Inácio Lula da Silva. A de Lula, informou, contou com a assinatura de 80% dos integrantes do Diretório Nacional. Suplicy também fez apelo para que todos os filiados do partido participem da votação a ser realizada em 3 de março de 2002, quando o PT escolherá seu candidato oficial.

Conforme o senador, pela primeira vez na história política do país, o candidato de um partido será escolhido pelo voto direto de seus filiados. Ele esclareceu que o prefeito de Belém (PA), Edmilson Rodrigues, abriu mão de participar das prévias, ao contrário do que chegou a anunciar. Suplicy, por sua vez, se disse estimulado a permanecer na disputa.

— O DataFolha realizou consulta com 1.200 pessoas para saber a opinião delas sobre se eu deveria continuar ou desistir da pré-candidatura, e 836 disseram que sim — lembrou o candidato.

Suplicy afirmou também que tem recebido constantes manifestações de eleitores estimulando-o a se manter na disputa. Ele assegurou, no entanto, que, na hipótese de Lula sair vencedor no dia 3 de março, o candidato oficial do PT po-



Eduardo Suplicy concorrerá nas prévias de março, quando o PT escolherá seu candidato à Presidência da República

derá contar com sua completa dedicação na campanha para elegê-lo presidente da República.

— Espero que ocorra o mesmo da parte dele, se o resultado for o inverso — acrescentou.

#### ABU-JAMAL

Eduardo Suplicy também saudou ontem, em Plenário, a decisão do juiz William John, de Filadélfia, nos Estados Unidos, de suspender a pena de morte do jornalista Mumia Abu-Jamal, acusado de ter matado, em 1982, um policial norte-americano.

Suplicy considerou a decisão um passo importante, mas destacou que o ideal seria a realização de um novo julgamento de Abu-Jamal, que foi militante dos Panteras Negras. Organizações de direitos humanos internacionais têm defendido a realização de outro julgamento, uma vez que o processo que o condenou continha imperfeições.

## Carlos Wilson ressalta união progressista em PE

Ao comentar que, em Pernambuco, a unidade das forças políticas progressistas é viável, o senador Carlos Wilson (PTB-PE) destacou ontem em Plenário a realização do congresso nacional do Partido dos Trabalhadores, “um retorno do estado aos grandes eventos políticos do país”. O congresso foi realizado no Centro de Convenções do Recife nos dias 14, 15 e 16 de dezembro.

— Foi nossa união que levou João Paulo à prefeitura do Recife e Luciana Santos à prefeitura de Olinda. A aliança que une o governo federal e estadual foi derrotada pela vontade soberana do povo. A argamassa que nos levou à vitória em 2000 certamente vai nos levar à vitória em 2002. Não nos unimos por conta das conveniências pessoais, e sim por uma mesma visão de futuro para Pernambuco e para o Brasil — afirmou.

Na avaliação do senador, os trabalhadores, embora representados junto ao governo federal, nunca foram tão discriminados como atualmen-



Para Carlos Wilson, aliança garantiu a vitória nas cidades do Recife e Olinda

te. Carlos Wilson considera que “a compulsão pelo fisiologismo da maioria dos governadores é tanta que eles sequer articulam qualquer resistência às ações do governo”.

#### SUBSERVIÊNCIA

Carlos Wilson atribuiu à “subserviência da maioria” dos mandatários estaduais a extinção da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e o fim do programa que distribuía R\$ 15 por mês para cada família necessitada. “A seca não distingue. A fome não pergunta a uma criança se o seu pai tem curso de qualificação

profissional ou se seu irmão freqüenta a escola”, afirmou.

O parlamentar lembrou que, há 20 anos, em São Bernardo do Campo (SP), Luiz Inácio Lula da Silva “mostrou um novo rumo político” ao dizer que o trabalhador brasileiro quer comida, feijão na mesa, condições de trabalho, dignidade e respeito.

— Acho que essas palavras ainda ecoam na mente de políticos responsáveis, que sonham com um país mais justo, sem discriminação, onde todos os brasileiros sejam tratados com igualdade — concluiu.

## VISITE O SENADO

Você pode participar do Programa **Visite o Senado** e ser recebido por profissionais de Relações Públicas. Eles o acompanham durante todo o passeio pelas instalações do Senado Federal

LIGUE!!! 311-2330

# Congresso pode contribuir no combate à miséria, diz Marina

É preciso, disse a senadora, aprovar projetos como o que cria o Orçamento Social e o que estabelece o Programa de Renda Mínima

A senadora Marina Silva (PT-AC) afirmou ontem em Plenário que o Congresso Nacional "sabe como resolver o problema da pobreza no Brasil, que atinge atualmente 50 milhões de pessoas, segundo estudo realizado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) e divulgado esta semana. É necessário para isso, acrescentou, aprovar projetos que já tramitam no Legislativo, como o de sua própria autoria que cria um Orçamento Social, e o do senador Eduardo



Marina: levantamento da FGV indica que a pobreza atinge 50 milhões de pessoas no Brasil

Suplicy (PT-SP) que estabelece o Programa de Renda Mínima.

Segundo a senadora, existem hoje no Brasil cerca de 22 milhões de jovens na miséria; 15 milhões deles são analfabetos. Se os 120 milhões de brasileiros em melhores condições de renda contribuísssem com R\$ 15 mensais, a pobreza no Brasil seria completamente eliminada, afirmou.

Ainda citando o estudo da FGV, Marina Silva disse que cada ano

de estudo significa, para o brasileiro, melhora de 16% na sua renda, gerando ainda como consequência direta o aumento de dois anos na longevidade da população e queda de 8,9% nos índices de mortalidade infantil.

## DESCASO

Para a senadora, o governo sempre adota uma posição defensiva quando ouve críticas ao descaso com a área social.

Na avaliação de Marina Silva, o

atual governo vem adotando uma "posição de indiferença" com relação ao problema da pobreza no país, como demonstra, disse, a aplicação dos recursos orçamentários na área social. A senadora lamentou que o governo tenha destinado apenas R\$ 4 bilhões anuais do Orçamento para o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, apesar de serem necessários, para resolver o problema de forma definitiva, R\$ 35 bilhões.

Para demonstrar o "descaso" do governo em relação ao combate à pobreza, Marina Silva disse que o Executivo recusa-se inclusive a liberar recursos orçamentários já previstos para os programas sociais.

Exemplificando, citou que até o final do primeiro semestre deste ano, o governo havia desembolsado somente 6% dos recursos anuais destinados ao programa de Escolas de Qualidade para Todos; 26,5% das verbas destinadas ao combate ao trabalho infantil; 0,6% do Programa Morar Melhor; e apenas 11,1% dos recursos previstos para a agricultura familiar.

# Alcântara ressalta iniciativas do Legislativo contra pobreza

Ao afirmar que a exclusão social e a indigência ainda persistem na sociedade brasileira, o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) ressaltou a ação do Congresso em iniciativas que estão conseguindo minorar o problema. Ele citou em especial o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, que já está gerando recursos para programas sociais do governo, como o Bolsa-Escola, que garante recursos a famílias carentes.



Lúcio Alcântara ressaltou a importância da aprovação do Fundo de Combate à Pobreza

Para Alcântara, o Congresso tem sido ativo, participante, interlocutor e parceiro do Executivo na formulação de instrumentos de política voltados para a equidade e inclusão sociais, nos setores da reforma agrária, educação, saúde e assistência direta aos necessitados.

No terreno da reestruturação fundiária, ele destacou as normas aprovadas pelo Congresso para garantir rito sumário de desapropriação, "mecanismo indispensável à dinamização da reforma agrária", aliado à implementação do Banco da Terra, projeto do Senado que concede créditos fundiários para aquisição de terras a futuros proprietários.

No campo da saúde, disse, houve avanço na descentralização

das ações estatais, garantindo recursos de estados e municípios para atendimento médico e hospitalar. "Foi iniciativa do Congresso a emenda constitucional que exigiu a participação orçamentária de estados e municípios, tantas vezes esquecida no passado, dotando a saúde de recursos adicionais", disse o senador.

Quanto à educação, a grande mudança no Brasil se deu com o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (Fundef), projeto aprovado e regulamentado pelo Congresso, disse. "Houve a municipalização progressiva do ensino fundamental, a melhoria no salário dos professores e sua melhor qualificação profissional, afirmou.

# Mozarildo quer mais empenho para o desenvolvimento da Região Norte

Embora reconhecendo a ocorrência de avanços importantes no Norte quanto à redução dos níveis de desigualdade econômica e social, o senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) pediu mais empenho do governo para estimular o desenvolvimento sustentável da região.



Para Mozarildo, avanços obtidos na região ainda são insuficientes

Entre as melhorias verificadas, o senador citou o aumento no número de crianças matriculadas nas escolas nos últimos anos. Quanto à produção intelectual, Mozarildo referiu-se aos estudos arqueológicos, antropológicos e lingüísticos desenvolvidos pelo Museu Emílio Goeldi, localizado no Pará.

O senador informou que, em relação à geração de energia elétrica, o potencial hidráulico da Região Norte – 44% da capacidade

de total do país – será ampliado com a construção do sistema Belo Monte, previsto para funcionar plenamente em 2008. Outro avanço, disse, é o fato de a Amazônia ter-se destacado cada vez mais no ecoturismo.

Mozarildo registrou ainda a importância do Amazon-

tech 2001 – Novos Rumos para a Ciência, Tecnologia e Negócios Sustentáveis na Amazônia, realizado recentemente em Boa Vista (RR) com a finalidade de difundir novas tecnologias que permitam a exploração sustentável dos recursos naturais da Amazônia.

O senador reiterou o apelo por medidas que promovam o desenvolvimento da região, ressaltando que os avanços são ainda insuficientes para garantir condições de vida razoáveis à população local.

# Valadares: dados mostram que governo não investe no social

O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) mostrou-se "estarcido" com o estudo divulgado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) que mostra a existência, no Brasil, de 50 milhões de miseráveis, vivendo com menos de R\$ 80 por mês. Segundo disse, os dados revelam o quadro de miséria em que vive grande parte da população brasileira e demonstram que o governo federal não vem investindo na área social.

O parlamentar estranhou que, ao mesmo tempo em que a FGV divulgava o estudo, o presidente Fernando Henrique Cardoso garantia que o governo fechava o ano com sobra de recursos para serem aplicados na área social. Valadares observou que o presidente da República chegou a culpar prefeitos por não terem recebido os recursos, já que não teriam cadastrado as respectivas prefeituras em órgãos federais para terem acesso ao crédito.

– Trata-se de uma grande con-



Antonio Carlos Valadares apontou a ausência de política habitacional do governo

versa fiada. Mas vai aqui um desafio: é só o governo informar onde estão os recursos que os prefeitos virão correndo a Brasília – disse Valadares.

Baseando-se no estudo da Fundação Getúlio Vargas, denominado "Combate sustentável à pobreza", Valadares informou que o maior entrave para o combate à miséria no país não é a falta de

dinheiro, mas a má aplicação dos recursos públicos. Ele criticou a ausência de política habitacional do governo federal e observou que o déficit habitacional brasileiro poderia ser amenizado caso fossem usados os recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para a construção de casas populares.

O senador Edison Lobão (PFL-MA), em aparte, afirmou que a área social "vem recebendo imensos recursos" e que alguns estados e municípios não receberam dinheiro em razão da burocracia. Também em aparte, o senador José Alencar (PL-MG) comentou que o país gasta mais com o pagamento dos juros da dívida externa do que com educação e saúde.

O líder do governo, senador Artur da Távola (PSDB-RJ), lembrou que a miséria está presente no país há séculos e sustentou que o atual governo, mais do que qualquer outro, vem investindo maciços recursos no setor.

# Teresina precisa de recursos para saúde, alerta Benício

Verbas disponíveis são insuficientes para o atendimento da população local e de outros estados do Norte e Nordeste, afirma senador

A cidade de Teresina (PI), referência no atendimento à saúde nas regiões Norte e Nordeste, carece de recursos para atender à demanda originária de outros estados, alertou ontem o senador Benício Sampaio (PPB-PI) em seu primeiro pronunciamento desde que chegou ao Senado no mês passado, em virtude da posse do senador Hugo Napoleão no governo piauiense.

Ex-secretário de Saúde do Piauí, Benício discorreu sobre os serviços prestados pelos estabelecimentos de saúde de Teresina e sua importância não apenas para a capital piauiense, mas também para populações do Tocantins, Pará, Maranhão, Ceará e até do Amapá.

— Em 2000, 32% dos pacientes hospitalizados não eram da cidade, e 17% eram de outros estados. Há um gasto mensal de aproximadamente R\$ 1,2 milhão com esses pacientes — afirmou o senador, citando dados do Sistema Único de Saúde (SUS).



Benício Sampaio quer a adoção de novas regras para repasse de recursos destinados à saúde

## ORÇAMENTO

Esse quadro, que provoca dificuldades de financiamento para o serviço de saúde da capital, disse, pode ser minorado com a revisão da atual política de distribuição de recursos por critérios populacionais. “Esta sistemática prejudica estados que oferecem muitos atendimentos a cidadãos de outros estados.” Além disso, afirmou, o governo federal pretende destinar, no Orçamento de 2002, R\$ 61 por paciente no Nordeste e R\$ 89 no Sul e Sudeste. A perda, mostrou, será de R\$ 275 milhões para a Nordeste.

Para solucionar o problema,

Benício propõe a criação de um centro de referência na área médica em Teresina, com a união de instituições públicas estaduais e municipais, empresas e universidades, que financiariam o empreendimento. “Seria um conjunto de firmas concentradas que atuam com alto grau de interação entre si e com outras organizações que lhes dão suporte”, explicou.

A importância de Teresina para o atendimento médico de diversos estados foi testemunhada por senadores que apartearam Benício. “Exportamos muitos doentes para Teresina, onde se pratica medicina de primeiro mundo”, disse o senador Carlos Patrocínio (PTB-TO).

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) disse que muitos paraenses são atendidos em Teresina, em grande parte pela falta de investimento do governo do Pará na saúde.

Os senadores Freitas Neto (PSDB-PI), Alberto Silva (PMDB-PI) e Sebastião Rocha (PDT-AP) elogiaram as preocupações de Benício Tavares com o aprimoramento da cidadania e com a melhoria dos serviços de saúde.

# Carlos Patrocínio aponta a baixa qualidade do ensino infanto-juvenil

O senador Carlos Patrocínio (PTB-TO) chamou a atenção para a baixa qualidade do ensino infanto-juvenil e criticou o ritmo lento com que o país tem avançado na área social. Ele disse que, apesar de o governo ter conseguido elevar o número de matrículas, estudos demonstram que o índice de repetência no ensino básico é alto e o nível de aprendizado, baixo.

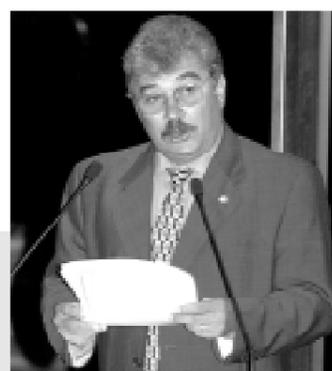
Patrocínio citou relatório do Fundo das Nações Unidas para Infância (Unicef), intitulado “Situação da Infância Brasileira — 2001”, que, disse, faz um “cuidadoso retrato do quadro das crianças”. O estudo mostra que 97% das crianças brasileiras em idade escolar estão matriculadas no ensino fundamental, mas indica também que as taxas de evasão e repetência estão entre as maiores

do mundo. O senador acrescentou que dados do Ministério da Educação registram que, em 1997, a repetência na primeira série foi de quase 40%.

— Essa é uma marca vergonhosa e, em algumas regiões mais pobres, esse índice foi superior a 60%.

O senador acrescentou que, em teste internacional de proficiência do nível médio realizado entre estudantes de 32 países, o Brasil ficou em último lugar, e que o Exame Nacional de Ensino Médio (Enem) deste ano indicou queda da pontuação dos alunos em relação aos dois últimos resultados.

A atuação governamental em relação à saúde infantil foi elogiada pelo senador, que ressaltou a redução dos índices de mortalidade infantil. Ele observou, porém, que as taxas ainda estão muito acima da capacidade eco-



Patrocínio: somente políticas públicas bem estruturadas poderão responder ao desafio da educação

nômica do país.

— Penso que o Brasil não pode estender por mais tempo esse quadro. Estou convencido de que somente políticas públicas bem estruturadas poderão responder ao imenso desafio que temos de enfrentar.

# Coral de jovens mórmons se apresenta no Congresso

O presidente do Senado, Ramez Tebet, assistiu ontem à apresentação do Coral Jovem da Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias. Cerca de 70 pessoas cantaram músicas de Natal e apresentaram Tebet com livro que conta a história da igreja e das missões mórmons pelo mundo. O coral compareceu ao Senado e à Câmara a pedido do deputado Moroni Torgan (PFL-CE).



Ramez Tebet (D) é cumprimentado pelo deputado Moroni Torgan durante a apresentação

O coral compareceu ao Senado e à Câmara a pedido do deputado Moroni Torgan (PFL-CE).

## PROGRAMAÇÃO



### TV SENADO

#### HOJE

6h30 — *Cidadania* — O senador Lindberg Fery e o deputado Marcos Cintra falam sobre a nova proposta de imposto único  
7h30 — *Entrevista* — O senador Ricardo Santos fala sobre o projeto antidrogas  
8h — *Jornal do Senado* — Resumo das atividades do Senado  
9h30 — *Cidadania* — A senadora Marina Silva e o senador Artur da Távola falam sobre a ética na política  
10h45 — *Senado em Pauta* (ao vivo)  
11h — Sessão Conjunta do Congresso Nacional (ao vivo)  
13h — *As Cores do Brasil* — Olinda  
17h — *Cidadania* — Os senadores Moreira Mendes e Jonas Pinheiro falam sobre as relações Brasil-Taiwan  
18h — *As Cores do Brasil* — Os Fortes do Recife  
18h30 — *Entrevista* — O senador Roberto Freire fala sobre parlamento e tecnologia  
19h30 — *Cidadania* — Os senadores Roberto Saturnino e Jefferson Pêres falam sobre o mercado de petróleo  
20h30 — *Entrevista* — O senador Juvêncio da Fonseca fala sobre o gasoduto Brasil-Bolívia

### RÁDIO SENADO

#### HOJE

7h — Música, informação e serviços  
7h30 — *Senado Notícias* em ondas curtas para as regiões Norte/Nordeste  
8h — *Senado Primeira Hora* — As principais notícias do Senado, do país e do mundo  
9h — Música, informação e serviços  
9h30 — *Chão de Estrelas* — Os grandes nomes da música brasileira pré-bossa nova  
10h — Sessão Plenária do Senado (ao vivo)  
13h30 — *Chão de Estrelas* — Os grandes nomes da música brasileira pré-bossa nova (reapresentação)  
14h15 — *Senado Notícias* — Edição da tarde  
14h30 — Sessão Plenária do Senado (reapresentação)  
19h30 — *A Voz do Brasil*  
20h — Música, informação e serviços  
20h30 — *Chão de Estrelas* — Os grandes nomes da música brasileira pré-bossa nova (reapresentação)  
22h — *Senado Notícias* — Edição da noite  
23h — *Improviso* — Especial de Natal, apresentando grandes estrelas do jazz cantando e tocando canções de Natal

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal



## COMO SINTONIZAR

### TV SENADO

Informações técnicas para recepção do sinal da TV Senado

Net: operadora local informa o número do canal

DirecTV: canal 163

Sky Net: canal 30

Tecsat: canal 17

Internet: [www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br)

Antena Parabólica - Sistema Digital:

- Satélite - B1
- Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Frequência: 3.644,4 Mhz
- Frequência (Banda - L) - 1505,75 Mhz
- Antena - 3,6 m LNB
- Receptor de Vídeo/Audio Digital NTSC/MPEG2 DVB
- Symbol 3,2143MS-S
- FEC: 3/4
- Fornecedor: COMSAT - Fone: 0800 - 155700

Antena Parabólica - Sistema analógico

- Satélite - B1
- Transponder - 11 A-2 (canal 8)
- Polarização - Horizontal
- Frequência - 4.130 MHz

### RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital:

Equipamentos necessários:

- Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
- Receptor ABR 200, ComStream
- LBN DRO ComStream
- 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:

- Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
- Satélite: Brasilsat B2
- Polarização: Vertical (RX)
- Modo: Joint-Stereo
- Taxa: 128 Kbps-BPSK
- Programação ABR: CC, 1,11465600, 256000,0 FD 1,17,1,7

# Althoff defende proposta para moralizar futebol

Segundo ele, lei sugerida pela CPI que investigou denúncias de irregularidades no esporte mais popular do país tornará dirigentes de clubes e federações responsáveis nos âmbitos cível e criminal por irregularidades cometidas nas instituições

## Luiz Otávio exalta o papel da "pelada" na formação do craque

Ao comentar a importância das "peladas" para a revelação de novos craques para o futebol do país, o senador Luiz Otávio (PPB-AP) parabenizou o clube Atlético Batista Campos (ABC), do Pará, pelos seus 50 anos de fundação, comemorados em 8 de dezembro último. De acordo com o parlamentar, trata-se do time de "peladas" mais antigo do país.

O ABC nasceu do time do Capinzal, do Colégio Progresso Paraense, e foi transformado num dos expoentes do futebol do estado, informou o senador. Os jogadores do ABC, afirmou, são profissionais liberais, empresários, políticos e dirigentes de instituições públicas e privadas.

— Ao registrar o transcurso dos 50 anos de origem do ABC, esta



Luiz Otávio homenageou o ABC do Pará, segundo ele o time de "pelada" mais antigo do Brasil

Casa tanto fará inserir em seus Anais um evento que vale a pena ser celebrado como tributará nossas homenagens a todos os times voltados para o futebol-pelada e seus peladeiros, exortando os remanescentes a que continuem a desenvolver a salutar prática esportiva — disse.

## Senado assina convênio com o BC para intercâmbio de cursos

O Senado Federal firmou ontem convênio com o Banco Central (BC) para viabilizar o intercâmbio de cursos entre as instituições. A partir do próximo ano, o Instituto Legislativo Brasileiro ministrará cursos sobre processo legislativo aos funcionários do BC, que, em contrapartida, promoverá cursos sobre a área financeira para servidores do Senado.

Mardônio Walter Sarmiento, chefe do Departamento de Recursos Humanos e Organização do Banco Central, considerou o con-

vênio positivo para ambas as partes. Agaciel da Silva Maia, diretor-geral do Senado, afirmou que a troca de conhecimentos com o BC será de grande importância para o desempenho dos funcionários da Casa.

— Temos muito o que ensinar ao Banco Central sobre processo legislativo, e, ao mesmo tempo, poderemos absorver treinamento sobre o setor financeiro, assunto em que a instituição é especialista — acrescentou Agaciel Maia.

Relator da CPI que investigou irregularidades no futebol brasileiro, o senador Geraldo Althoff (PFL-SC) fez ontem um balanço dos 14 meses de funcionamento da comissão, que concluiu com proposta de nova legislação para o gerenciamento esportivo. A chamada Lei de Responsabilidade do Futebol é, para o senador, o cerne da transformação da estrutura básica do esporte mais popular do país.

Pela proposta, que pode ser adotada por meio de medida provisória, a administração do futebol será equiparada a ato de comércio. Essa alteração torna dirigentes de clubes e federações responsáveis nos âmbitos cível e criminal por irregularidades cometidas em nome das entidades, da mesma forma que o são os responsáveis por sociedades comerciais. Eles seriam obrigados a publicar demonstrações contábeis e balanços patrimoniais a cada exercício — com o aval de auditorias independentes.

— Não há mais lugar no país para a defesa de procedimentos amadores e cartoriais no trato



Althoff disse que Lei de Responsabilidade do Futebol poderá ser adotada por meio de medida provisória

dos negócios do futebol. Serão criadas obrigações e responsabilidades que visam garantir a transparência da atividade e construir instrumentos democráticos de controle — disse Althoff. O relator citou ainda outras alterações propostas pela comissão, entre elas a regulamentação da profissão de agente esportivo e a criação de comissões para estudar formas de coibir a violência nos estádios.

O senador afirmou que as investigações da CPI detiveram-se em três aspectos principais: a utilização de clubes e federações para enriquecimento pessoal, os

prejuízos causados ao Estado pela sonegação fiscal e previdenciária e a evasão e lavagem de dinheiro nas transações com o exterior. A partir daí, relatou Althoff, decidiu-se delimitar o trabalho aos clubes e entidades que movimentam maior soma de recursos.

Geraldo Althoff mencionou que a CPI encontrou na gestão das entidades ilícitos administrativos e fiscais, falta de transparência administrativa, administração temerária das entidades, impunidade patrimonial e manipulação das instâncias internas de controle.

## Em apartes, senadores elogiam trabalho do relator da CPI

Em aparte, senadores elogiam a condução dos trabalhos da comissão. Para Romeu Tuma (PFL-SP), o relatório de Althoff não é uma condenação prévia, mas um instrumento para que o Ministério Público promova os indiciamentos cabíveis.

O senador Antonio Carlos Júnior (PFL-BA) refutou a tese de que a CPI não poderia investigar clubes e federações porque estes são entidades de direito

privado. "É dever dos parlamentares cuidar de uma atividade tão popular", observou. Mauro Miranda (PMDB-GO) pediu atenção para as providências a serem tomadas pelo Ministério Público.

O senador Álvaro Dias (PDT-PR), que presidiu a CPI, também elogiou o trabalho de Althoff. "A dedicação e a decência foram a referência para o trabalho da CPI, que trouxe resultados po-

sitivos. O Senado ganha muito com a presença de Althoff", ressaltou.

Presidente da Comissão de Educação (CE), o senador Ricardo Santos (PSDB-ES) anunciou que logo após o reinício das atividades legislativas, em 15 de fevereiro, será instalada a Subcomissão do Esporte no âmbito da CE. Essa é uma das sugestões contidas no relatório de Geraldo Althoff.

## Mauro quer mototaxista fazendo segurança domiciliar

O senador Mauro Miranda (PMDB-GO) informou ter apresentado projeto de lei regulamentando as profissões de motoboy e mototaxista. A matéria está na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), para deliberação em caráter terminativo, ou seja, dar a decisão final sobre a proposta, a não ser que haja requerimento para sua votação em Plenário.

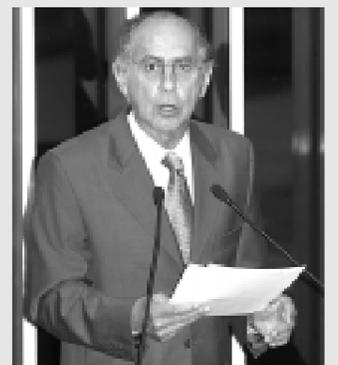
Mauro afirmou que o projeto

visa diminuir as "estatísticas tristes", alimentadas pelos acidentes com motociclistas, cujo aumento decorre do "crescimento vertiginoso e descontrolado dessa categoria profissional". Para ele, os acidentes decorrem da falta de cursos profissionalizantes e de uma regulamentação mais rigorosa da profissão.

O projeto estabelece que os mototaxistas são profissionais em transporte de passageiros, en-

quanto os motoboys trabalham com entregas de mercadorias ou em serviço comunitário de rua. De acordo com a proposta de Mauro Miranda, nesse serviço os profissionais devem observar a chegada e saída dos moradores; acompanhar o fechamento dos portões do imóvel; e comunicar à polícia ou aos moradores sobre pessoas estranhas, atitudes suspeitas ou anormalidades nos veículos estacionados.

Os profissionais deverão ter 21 anos completos, dois anos de habilitação na categoria "A" e curso especializado. Para trabalharem no serviço comunitário de rua, os motoboys terão também de apresentar carteira de identidade, título de eleitor, inscrição no cadastro de contribuintes, atestado de residência, certidão negativa das varas criminais e identificação da motocicleta utilizada no serviço, explicou ele.



Projeto de autoria de Mauro Miranda contém várias exigências para o exercício da atividade

# Álvaro acusa o governo de ter destruído o Bamerindus

Segundo o senador, houve desestabilização premeditada do banco, “para vendê-lo aos ingleses do HSBC quase de graça”

O senador Álvaro Dias (PDT-PR) acusou ontem o governo federal de ter destruído, premeditadamente, o Bamerindus, que era o segundo maior banco do país, “para vendê-lo aos ingleses do HSBC quase de graça”.

— Objetivamente, o governo, por intermédio do Proer, negou R\$ 700 milhões que permitiriam ao Bamerindus superar suas dificuldades, para conceder, posteriormente, mas na mesma operação, R\$ 5,8 bilhões ao HSBC, que adquiriu o Bamerindus.

Álvaro Dias recomendou aos senadores que leiam o depoimento “detalhado” do ex-dono do Bamerindus, José Andrade Vieira, à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Proer da Câmara dos Deputados, que, segundo afirmou, mostra como o Tesouro e o povo brasileiro “foram vítimas de uma gigantesca sangria de recursos e de riquezas, num drama que se desenrolou entre 1995 e 1997”.

— O que realmente passou a pressionar o banco e que finalmente o derrubou foi uma decisão consciente e deliberada no seio do governo federal, centrada no ministro da Fazenda, Pedro Malan, e no então presidente do Banco Central, Gustavo Franco, de que só deveriam restar no Brasil dois grandes bancos brasileiros de varejo e que um grande banco brasileiro deveria ser repassado a um banco es-



Álvaro recomenda leitura do depoimento do ex-dono do Bamerindus

trangeiro — acrescentou.

Antes de descrever como foi a operação que redundou no fim do Bamerindus, o senador esclareceu que essa instituição financeira tinha 50 mil acionistas e 28 mil empregados e atuava por meio de 1.240 agências e 4 mil postos de serviço, em todo o território nacional. Além disso, pagava anualmente R\$ 200 milhões em tributos, era um banco atualizado tecnologicamente e, das instituições financeiras privadas, a que mais se dedicava ao fomento agrícola, conforme informou.

“MAQUIAVELISMO”

De acordo com Álvaro Dias, para atingir o seu fim, “o governo recorreu a dois truques maquiavélicos”: primeiro, deixou vaziar para a imprensa boatos malévolos sobre a suposta irrecuperabilidade do banco, de tal modo que as manchetes e textos da imprensa destinados a solapar a confiança do

público no Bamerindus constituem um dossiê de 200 páginas. O segundo truque, prosseguiu, foi negar ao Bamerindus o pagamento de títulos governamentais que eram devidos, no total de R\$ 3,4 bilhões. No entanto, de acordo com o senador paranaense, esses créditos foram pagos ao comprador estrangeiro do Bamerindus tão logo houve a desnacionalização do banco.

Em aparte, Pedro Simon (PMDB-RS) cobrou explicações do presidente da República. Ele lembrou que Andrade Vieira, sócio majoritário do Bamerindus, havia sido tesoureiro da campanha de Fernando Henrique e seu ministro da Agricultura.

— É preciso que o presidente da República nos revele o que aconteceu. Ou, então, ele teve uma atitude triste, para não dizer mesquinha, para com seu ex-tesoureiro — afirmou Simon.

## Alberto Silva alerta para risco de o Piauí dar início a “guerra fiscal”

O senador Alberto Silva (PMDB-PI) alertou o governador do Piauí, Hugo Napoleão, para que mande engavetar o pedido de incentivos fiscais feito pela empresa Ceval-Bunge Alimentos Ltda. para a instalação de uma usina de beneficiamento de soja que, uma vez concedido, abriria uma verdadeira “guerra fiscal” na região.

Segundo Alberto Silva, o atual secretário de Indústria e Comércio do estado, há poucos dias no cargo, simplesmente empurrou na mesa do governador a solicitação da empresa, altamente lesiva, segundo disse, aos interesses esta-

duais. Para o senador, o pedido de incentivos feito pela empresa, envolvendo a isenção de 15 anos de ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços), entre outros, converteria o Piauí num paraíso fiscal.

Alberto Silva observa que o pedido da empresa “é inconstitucional e imoral” e nem merece estudo do atual governo do estado, devendo, no seu entendimento, ser negado de pronto. Para o senador, é hora de o Congresso cuidar da reforma tributária para com ela evitar a “guerra fiscal” entre os estados da Federação.



Alberto Silva: pedido de incentivo feito por empresa pode converter Piauí em paraíso fiscal



Hartung cita matérias de jornais em defesa da correção da tabela do Imposto de Renda

## Hartung destaca apoio da imprensa à correção no IR

O senador Paulo Hartung (PSB-ES) destacou o apoio da imprensa à correção em 17,5% da tabela de alíquotas e descontos do Imposto de Renda Pessoa Física. Ele citou editorial de *O Estado de S. Paulo* afirmando que o presidente Fernando Henrique Cardoso deve “conformar-se com a medida tomada pelo Legislativo, sancionando o projeto sem delongas”.

Segundo Hartung, o editorial afirma que o argumento leonino do governo de que a correção da tabela resulta em perda de arrecadação é falso. O Tesouro não tem prejuízo, deixa de ter lucro indevido desde a primeira hora. Perdas tiveram os pa-

gadores de impostos que evidentemente não serão ressarcidos, citou.

Ele referiu-se, também, a artigo publicado pelo jornal *Valor Econômico* em que é ressaltada “a insinceridade e arrogância” do governo ao fazer drama com a perda de R\$ 2,6 bilhões. “Nem por isso o presidente Fernando Henrique Cardoso deixou de ter maioria no Congresso. Deve, ainda, ganhar muitas paradas, como já venceu em sete anos de governo, nem justas nem modernas, como constatou o FMI, que carimbou como ‘arcaico’ o sistema tributário brasileiro”, concluiu Paulo Hartung.

## Jucá aplaude ação da Finep em favor da tecnologia

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) elogiou a Fundação de Estudos e Projetos (Finep), vinculada ao Ministério da Ciência e Tecnologia, pelo desenvolvimento do projeto Inovar, cujo objetivo é fortalecer o mercado de capitais de risco no país para torná-lo consistente e capaz de financiar a criação de empresas de tecnologia. O projeto, informou o senador, conta com a parceria de várias instituições, como o Banco Mundial (BID), o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) e a Confederação Nacional da Indústria (CNI).

Entre as ações em execução, o senador destacou a Incubadora de Fundos Inovar, por meio da qual a criação de fundos de capital de risco é estimulada. Jucá citou também o Fundo Brasil Venture, um acordo entre a Finep e o Sebrae que consiste em garantir apoio prioritário a fundos direcionados a empresas nascen-

tes de base tecnológica.

Outra ação do projeto Inovar citada pelo senador é o Venture Forum Brasil, que organiza reuniões para que empresários apresentem seus planos de negócios a uma platéia de investidores selecionados, entre os quais representantes de patrocinadores e gestores de fundos de capital, de bancos de investimento e de fundos de pensão.

Jucá disse que o projeto Inovar, além de estimular a cultura de investimentos de capital de risco em empresas nascentes de base tecnológica, cria uma ponte entre as empresas e os investidores.

— Gostaria de congratular toda a equipe de profissionais da Finep, sobretudo aqueles que se dedicam ao projeto Inovar, na convicção de que a dependência de nosso desenvolvimento tecnológico às amarras colonizadoras da importação de saber e conhecimento tem seus dias contados — afirmou.



Eduardo pede a FHC que viabilize com urgência estudos sobre a preservação das florestas

## Eduardo sugere troca de dívida por ação ambiental

O senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) dirigiu apelo ao presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, para que viabilize com urgência estudos sobre a preservação das florestas do Brasil. Segundo o parlamentar, o Congresso dos Estados Unidos aprovou, em 1998, legislação autorizando os países em desenvolvimento que têm débitos com o Tesouro norte-americano a substituírem os pagamentos devidos por investimentos em florestas tropicais.

Eduardo citou reportagem publicada pelo jornal *O Estado de S. Paulo* no último dia 9, segundo a qual o governo federal deve cerca de US\$ 500 milhões ao Tesouro norte-americano, débito que tem custado anualmente à União cerca de US\$ 30 milhões, somente para o pagamento de juros.

— Os benefícios seriam, no mínimo, duplos. Não precisaríamos desembolsar US\$ 30 milhões por ano para o pagamento de juros, e simplesmente ficaríamos livres de toda a dívida, da ordem de US\$ 500 milhões. E as matas tropicais brasileiras seriam melhor conservadas, beneficiando não apenas nossa população, mas toda a Humanidade — disse.

Os recursos destinados à preservação das florestas, afirmou o senador, seriam aplicados por organizações não-governamentais e por empresas nacionais, escolhidas sob a supervisão de um colegiado integrado por membros da sociedade civil e um representante do governo norte-americano sediado no Brasil.

— O Brasil não deve perder mais tempo em utilizar o benefício em questão, que só trará vantagens ao país — concluiu Eduardo.

# Brasil deve ser mais atuante para se impor no mercado internacional, diz Jucá

Na opinião do senador, o país “demorou a perceber que a abertura da economia não surtiu o efeito que se anunciava”, mas agora “assume uma posição mais madura e uma diplomacia mais agressiva”

O Brasil terá de ser mais atuante e se impor mais perante outros países se quiser, de fato, elevar sua participação no mercado internacional. As perspectivas traçadas a partir da 4ª Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio (OMC), encerrada em 14 de novembro, em Doha, no Qatar, são muito boas, mas o país terá de lutar bastante para ganhar novas fatias do comércio exterior. As observações são do senador Romero Jucá (PSDB-RR), para quem a anunciada redução de barreiras tarifárias e não-tarifárias pelos países ricos pode impulsionar em muito os negócios nos países em desenvolvimento.

Segundo o senador, nos últimos 11 anos, o Brasil sofreu uma queda na sua posição de comércio exterior, passando da 21ª para a 28ª colocação em termos de valores

exportados. Nesse mesmo período, o México saltou da 37ª posição para a 13ª, enquanto a China saiu da 34ª para ser o sétimo maior país exportador do mundo.

Citando vários especialistas, Jucá lembrou que o Brasil “demorou a perceber que a abertura da economia não surtiu o efeito que se anunciava para os países em desenvolvimento. Acreditando que a globalização, por si só, seria benéfica para os países periféricos, o Brasil não se preocupou em defender os interesses nacionais. Agora, sem dúvida, assume uma posição mais madura e uma diplomacia mais agressiva”.



Segundo Jucá, o Brasil está descobrindo que pode exercer uma influência bem maior do que supunha

Após a conferência de Doha, os diplomatas brasileiros, segundo Jucá, vão concentrar-se nas negociações por um maior acesso aos mercados, procurando reduzir ou eliminar, o mais rápido possível, as barreiras tarifárias e não-tarifárias impostas a produtos brasileiros.

— Entretanto — afirmou o sena-

dor — devemos estar atentos, desde já, para o fato de que no comércio internacional não há lugar para a compaixão e nada se consegue de mão beijada. O Brasil descobriu, tardiamente, que a globalização, até o momento, prejudicou os países periféricos e os deixou em situação de extrema vulnerabilidade. Descobriu, também, que precisa brigar mais para se impor no comércio internacional e agora, com a mudança de estratégia nessa área, que pode exercer uma influência bem maior do que supunha.

Para isso, avalia Jucá, o país precisa estar preparado, usar suas vantagens comparativas, modernizar o setor produtivo, perseguir ganhos de escala e adotar uma política industrial efetiva, que, ao lado da agro-indústria, reflita os interesses estratégicos do país. Agora, assinalou, “o Brasil está no caminho certo”.

## Emilia Fernandes registra acertos da política externa brasileira

A senadora Emilia Fernandes (PT-RS) registrou ontem o que considera resultados positivos da política externa brasileira, como a decisão do governo de reatar relações diplomáticas e comerciais com a Coreia do Norte. Integrante da comissão encarregada de tentar aproximar os dois países, ela fez um apelo ao Itamaraty e ao Ministério da Educação para que dêem mais agilidade ao intercâmbio cultural e educacional entre Brasil e Coreia do Norte, cele-

brando convênios com universidades, principalmente nas áreas de pesquisa científica e saúde.

Outra notícia comemorada por Emilia foi a disposição do governo brasileiro de reabrir a embaixada no Iraque e retomar as relações comerciais com aquele país. A senadora lembrou a visita de parlamentares iraquianos ao Senado, quando expuseram as dificuldades enfrentadas diante do embargo comercial imposto por diversos

governos.

Emilia elogiou ainda o comportamento do Brasil diante do conflito entre Estados Unidos e Afeganistão, por ter firmado clara posição contrária ao terrorismo, mas sem interferir diretamente na guerra. O recuo do Brasil nas negociações da Área de Livre Comércio das Américas também foi considerado acertado pela senadora, que expressou preocupação com o Mercosul, dadas as manifestações contra produtos brasileiros na Argentina.



Emilia Fernandes destaca atitudes brasileiras em relação à Coreia do Norte e ao Iraque

## Senadora defende suspensão dos entendimentos sobre a Alca

Ao reafirmar sua posição favorável à suspensão da participação do Brasil nas negociações da Área de Livre Comércio das Américas (Alca) por um período de 15 anos, a senadora Emilia Fernandes argumentou que a economia brasileira não tem força para competir com a norte-americana, principalmente se for mantido o *fast track* — mecanismo aprovado pelo Senado norte-americano que permite ao presidente negociar acordos comerciais e incor-

pora medidas protecionistas a produtos agrícolas, especialmente cítricos e açúcar, nas negociações da Alca.

Outro ponto negativo do *fast track*, destacado pela senadora, é a criação de um mecanismo de consulta para examinar mudanças nos regimes cambiais de outros países. O governo brasileiro, disse Emilia Fernandes, não admite que sua política cambial seja analisada por outro país sob o ponto de vista

comercial.

A senadora salientou ainda que o texto do *fast track* prevê a introdução de cláusulas trabalhistas e ambientais em acordos comerciais. Segundo Emilia, o Brasil teme que esse dispositivo seja usado como pretexto para a adoção de medidas protecionistas.

Além de prejudicar a comercialização de produtos agrícolas, Emilia disse que o *fast track* pode inviabilizar as exportações

do aço brasileiro, que estariam sujeitas a alíquotas de até 40%, de acordo com reportagem publicada pelo jornal *Gazeta Mercantil*.

Lembrando que a comunidade europeia levou 30 anos debatendo a criação do seu mercado comum, a senadora argumentou que o Brasil deveria primeiro fortalecer a economia interna e suas relações com o Mercosul, para depois integrar a Alca.

# Machado pede liberdade para aviação civil no país

Empresas devem ter flexibilidade para fixação de tarifas, nos horários em que haja ociosidade de lugares nos aviões, diz o senador

Por acreditar que o modelo de regulamentação do transporte aéreo nacional está esgotado, o senador Sérgio Machado (PMDB-CE) defendeu uma série de medidas para garantir a liberdade do mercado e da concorrência desse setor. Ele pediu que a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), cuja criação está em discussão no Congresso, seja instalada urgentemente para garantir a competição entre as



Sérgio Machado pediu imediata criação da Agência Nacional de Aviação Civil

empresas, melhorar a qualidade dos serviços e evitar o monopólio.

— Como a crise é parteira da história, esse é o melhor momento para buscar soluções ousadas. Temos de estabelecer um novo pacto e abrir essa discussão. Qual a política de desenvolvimento que queremos para o setor? Qual o modelo de aviação comercial que pretendemos implantar? — ques-

tionou Machado.

Uma de suas propostas é dar flexibilidade total às empresas para a fixação de tarifas, em horários em que haja ociosidade de lugares nos aviões. Para trechos em que a concorrência for inexistente ou reduzida, Machado propõe que sejam encontradas formas de estabelecer tarifas menos flexíveis, a fim de evitar as

distorções do mercado. O senador também sustentou que o Brasil deve incentivar acordos regionais no Cone Sul e elevar o preço dos bilhetes das pessoas jurídicas como forma de reduzir o preço da passagem para o turista.

— As viagens de lazer movem outros setores da economia e podem impulsionar o desenvolvimento e abrir mais postos de trabalho — afirmou Sérgio Machado, justificando sua proposta com informações do Departamento de Aviação Civil indicando que, enquanto o tráfego aéreo internacional teve queda de 10% desde os atentados nos Estados Unidos, no Brasil, pelo fato de o país estar distante das regiões de conflito, o tráfego doméstico cresceu 7,9% em dezembro.

Ele sugeriu que a elaboração de um plano estratégico para o setor leve em consideração a importância da aviação para a integração do país, o desenvolvimento da economia e de setores como o turismo, que podem gerar empregos e renda.

# Bezerra quer manter "status" dos conselhos profissionais

O senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) dirigiu apelo aos parlamentares para que rejeitem a proposta de emenda à Constituição de autoria do deputado Pedro Henry (PSDB-MT), vice-líder do governo na Câmara, que pretende alterar a estrutura



Carlos Bezerra disse que trabalho das entidades de classe é típico de Estado

dos conselhos de fiscalização das profissões liberais, convertendo-os em entidades de direito privado.

Por diversas vezes, segundo Carlos Bezerra, o governo tentou mexer na estrutura dos conselhos profissionais de modo a descaracterizá-los como entidades de direito público. O Executivo editou uma medida provisória e reeditou-a por seis vezes, chegando a convertê-la em lei (nº 9.649), que, no entanto, ficou sem eficácia por uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), que acatou uma ação direta de inconstitucionalidade contra a medida, disse o senador. Não satisfeito, o governo tenta agora mudar a Constituição para fazer prevalecer sua vontade, acrescentou.

A iniciativa, na opinião de Carlos Bezerra, não pode prosperar, já que a natureza pública

dessas entidades é intrínseca à atividade tipicamente estatal que exercem. "É absolutamente incompatível com nosso ordenamento constitucional a delegação a uma entidade privada de atividade típica de Estado, que abrang

ge até poder de polícia, de tributar e de punir, no que tange ao exercício de atividades profissionais", declarou o senador por Mato Grosso.

Para Carlos Bezerra, é imprescindível a manutenção do atual status dos conselhos profissionais, como forma de se assegurar adequada proteção dos direitos e liberdades fundamentais e manter a integridade do ordenamento constitucional.

O senador afirmou que os órgãos criados por lei com a finalidade de fiscalizar o exercício das profissões têm inegável natureza pública, à medida que exercem típica atividade estatal. Carlos Bezerra está convicto de que não há, portanto, possibilidade de que os serviços de fiscalização de profissões regulamentadas venham a ser exercidos em caráter privado, como prevê a proposta de emenda a Constituição.

# Valmir sugere medidas para pôr fim à violência contra a mulher no país

O senador Valmir Amaral (PMDB-DF) condenou o machismo da sociedade brasileira e pediu o aperfeiçoamento do Judiciário, dos sistemas educacional, de saúde e de segurança para que a violência contra a mulher seja superada no Brasil. Segundo o senador, toda a sociedade beneficia-se quando a mulher tem melhores oportunidades.

Ele afirmou que no país, a cada quatro minutos, uma mulher é agredida em seu próprio lar. As agressões, disse, podem ser explícitas ou camufladas e, em 70% dos casos, são cometidas pelo próprio marido. Valmir destacou ainda a violência psicológica, que pode trazer graves consequências para a saúde da mulher.

— A violência contra a mulher está arraigada nos hábitos e costumes. As próprias mulheres encontram dificuldade em romper o silêncio por, entre outras coi-

sas, acreditarem que seus companheiros têm direito de puni-las se acham que elas infringiram as normas que eles determinaram. Sob o domínio do medo, elas não denunciam, não procuram ajuda, sofrem caladas até que um fato, geralmente trágico, venha a revelar a situação — declarou Valmir Amaral.

O senador disse ainda que a violência contra a mulher tem graves implicações não apenas para as vítimas, mas também para o exercício da cidadania e dos direitos humanos e para o desenvolvimento socioeconômico dos países. Ele citou dados de estudo do Banco Mundial segundo o qual o problema compromete 14,6%



Para Valmir Amaral, agressão à mulher está arraigada nos hábitos e costumes

do Produto Interno Bruto na América Latina e 10,5% no Brasil.

Na opinião de Valmir, a sociedade machista ajuda a perpetuar e até a legitimar a violência contra a mulher, a ponto de a Organização dos Estados Americanos (OEA) ter condenado o

Brasil por não haver punido até hoje um homem que, em 1983, tentou matar sua mulher e a deixou paraplégica. A entidade manifestou o entendimento de que se trata "de uma questão de tolerância de todo o sistema que alimenta a violência contra as mulheres e não há nenhuma evidência da vontade do Estado, como representante da sociedade, em punir esse crime", informou ele.

# Senador aponta importância do Agrishow para o Centro-Oeste

O senador Carlos Bezerra anunciou a realização do Agrishow, feira de tecnologia agropecuária, que acontecerá em abril do próximo ano na cidade de Rondonópolis, em Mato Grosso, enfatizando a importância do evento para todo o setor produtivo da Região Centro-Oeste.

Conforme Carlos Bezerra, a feira deverá reunir cerca de 100 empresas e movimentará aproximadamente R\$ 400 milhões em negócios diretos e outros R\$ 6 milhões em atividades paralelas. Na extensa programação da feira, ele salientou a exposição de novos cultivares de soja, algodão e milho.

— Será a oportunidade de os

participantes do Agrishow conhecerem as mais modernas tecnologias, como as de aperfeiçoamento de máquinas e equipamentos agrícolas — afirmou.

O senador chamou ainda atenção para a importância de ações que estimulem a agricultura no país, salientando que estudos governamentais apontam um significativo crescimento da produção agrícola na próxima safra.

Ao mencionar futuros programas do governo voltados para a atividade agrícola, Carlos Bezerra destacou o de incremento tecnológico, que incluirá medidas como a renovação do parque de máquinas e a correção de solos.

As sessões de ontem do Senado Federal foram presididas pelos senadores Ramez Tebet, Edison Lobão, Carlos Wilson, Antonio Carlos Valadares, Geraldo Althoff, Álvaro Dias e Mozarildo Cavalcanti